

São Paulo, 12 de março de 2025.

Ao

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá

Ref.: Viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio

Em atendimento a Portaria MTP nº1.467/2022 estabelece a obrigatoriedade de realizar, no âmbito da avaliação atuarial, a análise da viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio suplementar. Essa análise é essencial para assegurar que o plano de amortização proposto para cobrir eventuais déficits atuariais seja sustentável e compatível com a capacidade econômica do ente federativo.

A viabilidade financeira, fiscal e orçamentária é conduzida com base em informações detalhadas sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) e a Despesa Total com Pessoal do ente federativo. Esses dados fornecem uma visão clara da capacidade de o ente cumprir com os aportes necessários ao plano de custeio suplementar, sem comprometer o equilíbrio fiscal ou gerar impactos excessivos em seu orçamento.

A Receita Corrente Líquida é utilizada para calcular o percentual das receitas que será destinado ao pagamento das contribuições suplementares, assegurando que os compromissos previdenciários estejam em sintonia com as receitas disponíveis. A Despesa Total com Pessoal é analisada para verificar se a execução do plano respeita os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando que o custeio suplementar coloque em risco a gestão fiscal do ente.

Dessa forma, a avaliação atuarial incorpora essa análise obrigatória para garantir que o plano de custeio suplementar seja economicamente viável, tanto no curto quanto no longo prazo, resguardando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência próprio.

Recebidos os dados relativos à Receita Corrente Líquida e à Despesa Total com Pessoal do ente federativo, procedeu-se ao confronto dessas informações com o plano de custeio

apresentado no item **9.2**. Verificou-se que o plano atende ao Limite Máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 durante todo o período analisado.

É importante destacar a distinção estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto à forma de amortização do déficit atuarial. A LRF define que aportes em valores preestabelecidos, destinados à cobertura do déficit atuarial, são considerados recursos vinculados ao RPPS e não configuram despesa com pessoal para fins de observância dos limites fiscais. Em contraste, a amortização do déficit realizada por meio de alíquotas aplicadas sobre a folha de pagamento é classificada como encargo social e, portanto, computada como despesa com pessoal, sujeita aos limites impostos pela LRF.

Os aportes em valores preestabelecidos devem ser administrados e contabilizados de forma segregada, permanecendo aplicados por um período mínimo de 5 anos antes de serem utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários.

No que diz respeito à capacidade do ente federativo de suportar o ônus do plano de amortização, deve-se enfatizar a dificuldade dos profissionais da Ciência Atuarial em emitir juízo de valor sobre variáveis específicas da administração municipal, as quais estão além do escopo da avaliação atuarial. Esta última se concentra em retratar um momento específico, capturando os valores dos ativos garantidores e calculando as provisões matemáticas com base em dados cadastrais de um determinado período. A avaliação utiliza hipóteses e premissas predefinidas para projetar o tamanho do compromisso futuro com cada segurado, trazendo esse compromisso para o presente mediante o uso de novas hipóteses e taxas de desconto. O objetivo é fornecer ao RPPS uma estimativa clara de sua responsabilidade e sugerir abordagens adequadas para o tratamento dessa obrigação.

Confrontada a relação entre a Receita Corrente Líquida, a Despesa Total com Pessoal do ente federativo, os valores previstos para o custeio suplementar e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando as situações envolvendo a aplicação de aportes no plano de custeio suplementar, conforme segue:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	116 490 167,41
Pessoal Ativo	104 800 323,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	11 617 343,84
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	72 500,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19 551 040,21
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4 831 519,91
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	12 671,59
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	355 190,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11 604 672,25
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	96 939 127,20
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	96 939 127,20

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	247 926 998,69
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	39,1%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	54,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	51,3%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	48,6%

01 - Histórico

Ente:	Santa Maria de Jetibá
Ano base da Avaliação	2025
Data Base:	31/12/2024
Data Cálculo:	31/12/2024

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2024)		6 664 640,60
Despesas do RPPS: Benefícios e Administrativas (Ano: 2024)		12 791 843,44
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	84 147 283,76	
Dívida Consolidada Líquida - DCL		43 966 049,88
Resultado Atuarial		-3 854 411,72
Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5,63%	
Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	3,48%	

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano	Inflação Acumulada	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2014	86 027 099,69	42 564 375,81	6,41%	85,90%	150 291 129,24	74 360 848,26		
2015	93 205 675,79	42 474 527,77	10,67%	74,70%	147 133 144,24	67 049 680,91	-2,10%	-9,83%
2016	100 479 454,05	46 583 212,02	6,29%	57,86%	149 228 926,87	69 183 922,28	1,42%	3,18%
2017	103 538 725,97	48 029 364,75	2,95%	48,52%	149 366 159,66	69 287 715,26	0,09%	0,15%
2018	121 887 139,49	55 134 191,59	3,75%	44,26%	169 480 281,95	76 662 381,07	13,47%	10,64%
2019	145 085 833,11	75 716 477,38	4,31%	39,05%	193 401 730,35	100 931 272,39	14,11%	31,66%
2020	157 744 207,27	75 843 034,78	4,52%	33,30%	201 182 113,54	96 727 875,45	4,02%	-4,16%
2021	169 822 948,78	88 560 229,61	10,06%	27,54%	196 789 904,79	102 623 110,00	-2,18%	6,09%
2022	190 832 823,98	110 134 921,45	5,78%	15,88%	209 052 782,50	120 650 165,41	6,23%	17,57%
2023	217 066 348,38	108 581 212,62	4,62%	9,55%	227 290 173,39	113 695 387,73	8,72%	-5,76%
2024	255 753 476,69	96 939 127,20	4,71%	4,71%	255 753 476,69	96 939 127,20	12,52%	-14,74%

02 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL projetada do Ente

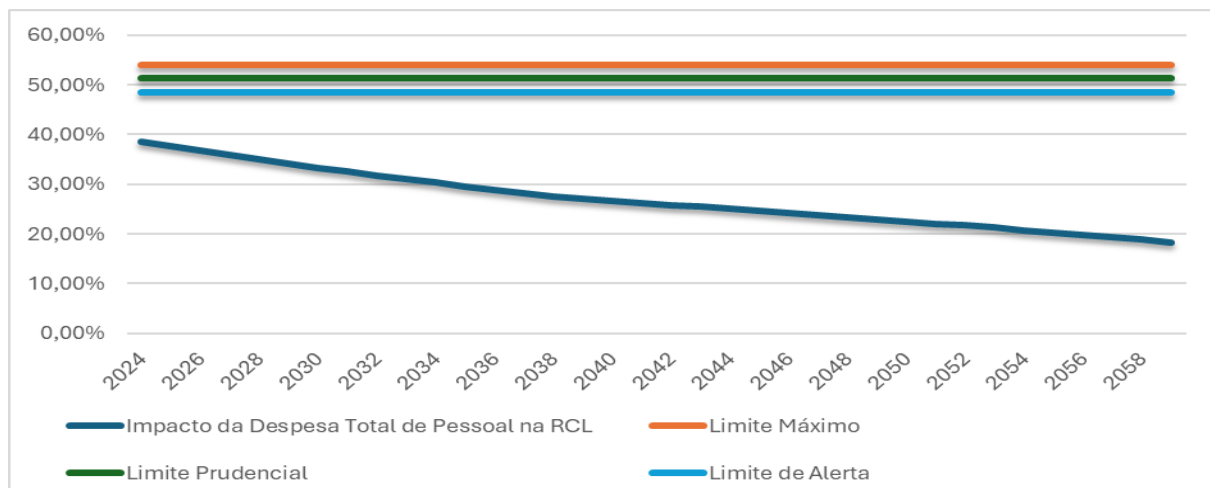
Ente: Santa Maria de Jetibá

Impacto do deficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento

15,68%

ANO	No.	REC/ETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001 - GA + GF - Todos os Planos)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 - Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira (Código 139901)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2024	0	255.753.476,69	84.147.283,76	47.856.032,48	11.617.343,84	8.231.237,59	6.363.107,41	-	-	7.709.572,33	98.741.628,76	121.493.232,33
2025	1	270.155.957,52	87.075.232,39	48.334.592,80	13.254.420,95	8.313.549,96	6.363.107,41	-	-	7.786.668,06	101.751.889,76	135.862.695,12
2026	2	285.369.498,50	90.105.060,52	48.817.938,73	13.650.510,14	8.396.685,46	6.363.107,41	-	-	7.537.358,68	104.864.853,39	150.730.700,96
2027	3	301.439.773,62	93.240.313,10	49.306.118,12	14.159.959,82	8.480.652,32	6.363.107,41	-	-	7.176.156,62	108.084.072,83	166.008.593,50
2028	4	318.415.028,92	96.484.658,43	49.799.179,30	14.486.676,50	8.565.458,84	6.363.107,41	-	-	6.999.170,03	111.413.224,68	181.906.942,89
2029	5	336.346.227,39	99.841.892,45	50.297.171,09	15.128.854,13	8.651.113,43	6.363.107,41	-	-	6.508.219,79	114.856.113,29	198.136.117,96
2030	6	355.287.201,94	103.315.943,18	50.800.142,80	15.612.794,16	8.737.624,56	6.363.107,41	-	-	6.177.019,43	118.416.675,15	214.877.430,34
2031	7	375.294.817,01	106.910.875,31	51.308.144,23	16.546.501,51	8.825.000,81	6.363.107,41	-	-	5.397.579,14	122.098.983,53	231.697.761,02
2032	8	396.429.139,32	110.630.894,98	51.821.225,67	17.165.713,96	8.913.250,82	6.363.107,41	-	-	4.934.176,42	125.907.253,21	248.925.592,02
2033	9	418.753.618,16	114.480.354,68	52.339.437,93	17.780.312,06	9.002.383,32	6.363.107,41	-	-	4.476.946,15	129.845.845,41	266.588.651,59
2034	10	442.335.275,92	118.463.758,34	52.862.832,31	18.275.311,74	9.092.407,16	6.363.107,41	-	-	4.140.887,98	133.919.272,90	284.834.142,09
2035	11	467.244.909,27	122.585.766,60	53.391.460,63	19.906.771,50	9.183.331,23	6.363.107,41	-	-	2.669.959,14	138.132.205,24	302.527.980,12
2036	12	493.557.301,72	126.851.202,29	53.925.375,24	21.101.833,88	9.275.164,54	6.363.107,41	-	-	1.637.033,00	142.489.474,24	320.090.704,18
2037	13	521.351.448,13	131.265.056,04	54.464.628,99	22.094.912,50	9.367.916,19	6.363.107,41	-	-	807.711,96	146.996.079,64	337.724.380,56
2038	14	550.710.791,88	135.832.492,14	55.009.275,28	22.955.438,70	9.461.595,35	6.363.107,41	-	-	112.580,93	151.657.194,89	355.570.446,72
2039	15	581.723.475,37	140.558.854,55	55.559.368,03	24.804.134,65	9.556.211,30	6.363.107,41	-	-	(1.569.065,89)	158.047.239,15	372.627.641,30
2040	16	614.482.604,64	145.449.673,21	56.114.961,71	25.983.071,60	9.651.773,41	6.363.107,41	-	-	(2.579.283,23)	164.043.837,27	389.543.603,05
2041	17	649.086.528,88	150.510.670,46	56.676.111,33	27.139.770,91	9.748.291,15	6.363.107,41	-	-	(3.565.575,72)	170.187.644,74	406.335.470,13
2042	18	685.639.135,76	155.747.767,75	57.242.872,44	28.209.095,92	9.845.774,06	6.363.107,41	-	-	(4.462.789,86)	176.419.439,08	423.088.144,21
2043	19	724.250.163,21	161.167.092,57	57.815.301,17	31.796.645,58	9.944.231,80	6.363.107,41	-	-	(7.876.507,53)	185.350.939,31	437.217.005,93
2044	20	765.035.528,97	166.774.985,62	58.393.454,18	33.125.063,10	10.043.674,12	6.363.107,41	-	-	(9.029.354,75)	192.211.121,90	450.904.523,43
2045	21	808.117.678,56	172.578.008,24	58.977.388,72	34.440.800,81	10.144.110,86	6.363.107,41	-	-	(10.167.766,44)	199.252.992,95	464.142.340,60
2046	22	853.625.952,87	178.582.950,05	59.567.165,61	35.820.597,65	10.245.551,97	6.363.107,41	-	-	(11.368.464,02)	206.560.073,45	476.842.927,29
2047	23	901.696.976,51	184.796.836,95	60.162.834,23	38.106.420,86	10.348.007,49	6.363.107,41	-	-	(13.473.396,97)	214.981.348,82	488.050.107,33
2048	24	952.475.067,92	191.226.939,29	60.764.462,58	39.334.812,20	10.451.487,56	6.363.107,41	-	-	(14.519.089,14)	222.560.623,40	498.772.522,73
2049	25	1.006.112.672,72	197.880.780,38	61.372.107,20	40.846.346,69	10.556.002,44	6.363.107,41	-	-	(15.846.097,47)	230.645.987,71	508.696.022,64
2050	26	1.062.770.821,30	204.766.145,35	61.985.828,27	41.684.966,47	10.661.562,46	6.363.107,41	-	-	(16.498.345,84)	238.289.161,07	518.471.136,41
2051	27	1.122.619.612,32	211.891.090,19	62.605.686,56	43.268.469,21	10.768.178,09	6.363.107,41	-	-	(17.893.613,44)	246.915.989,13	527.327.550,28
2052	28	1.185.838.723,38	219.263.951,20	63.231.743,42	47.377.891,94	10.875.859,87	6.363.107,41	-	-	(21.762.918,69)	258.265.837,17	532.678.051,36
2053	29	1.252.617.950,40	226.893.354,75	63.864.060,86	47.958.211,68	10.984.618,47	1.839.000,00	-	-	(26.725.327,18)	266.442.300,40	533.216.782,04
2054	30	1.323.157.777,47	234.788.227,38	64.502.701,46	48.086.115,60	11.094.464,65	1.839.000,00	-	-	(26.659.292,25)	274.380.984,29	533.851.564,42
2055	31	1.397.669.978,72	242.957.806,22	65.147.728,48	48.328.921,50	11.205.409,30	-	-	-	(28.545.219,93)	282.708.435,45	532.584.239,60
2056	32	1.476.378.254,11	251.411.649,82	65.799.205,76	48.418.634,85	11.317.463,39	-	-	-	(28.437.096,26)	291.166.209,47	531.361.342,14
2057	33	1.559.518.901,03	260.159.649,31	66.457.197,82	48.775.811,96	11.430.638,03	-	-	-	(28.594.457,98)	300.184.745,32	529.912.350,11
2058	34	1.647.341.523,69	269.212.040,02	67.121.769,80	49.167.362,29	11.544.944,41	-	-	-	(28.784.194,77)	309.541.179,19	528.193.389,60
2059	35	1.740.109.782,49	278.579.413,37	67.792.987,50	49.402.812,29	11.660.393,85	-	-	-	(28.815.813,09)	319.055.620,32	526.351.314,37

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Resultado Financeiro
2024	0	38,61%	-24,74%	
2025	1	37,66%	-26,58%	11,83%
2026	2	36,75%	-28,37%	10,94%
2027	3	35,86%	-30,11%	10,14%
2028	4	34,99%	-31,79%	9,58%
2029	5	34,15%	-33,43%	8,92%
2030	6	33,33%	-35,03%	8,45%
2031	7	32,53%	-36,58%	7,83%
2032	8	31,76%	-38,09%	7,44%
2033	9	31,01%	-39,56%	7,10%
2034	10	30,28%	-40,98%	6,84%
2035	11	29,56%	-42,37%	6,21%
2036	12	28,87%	-43,72%	5,81%
2037	13	28,20%	-45,04%	5,51%
2038	14	27,54%	-46,32%	5,28%
2039	15	27,17%	-47,04%	4,80%
2040	16	26,70%	-47,96%	4,54%
2041	17	26,22%	-48,89%	4,31%
2042	18	25,73%	-49,84%	4,12%
2043	19	25,59%	-50,11%	3,34%
2044	20	25,12%	-51,02%	3,13%
2045	21	24,66%	-51,94%	2,94%
2046	22	24,20%	-52,83%	2,74%
2047	23	23,84%	-53,52%	2,35%
2048	24	23,37%	-54,45%	2,20%
2049	25	22,92%	-55,31%	1,99%
2050	26	22,42%	-56,29%	1,92%
2051	27	21,99%	-57,13%	1,71%
2052	28	21,78%	-57,55%	1,01%
2053	29	21,27%	-58,54%	0,10%
2054	30	20,74%	-59,58%	0,12%
2055	31	20,23%	-60,57%	-0,24%
2056	32	19,72%	-61,56%	-0,23%
2057	33	19,25%	-62,48%	-0,27%
2058	34	18,79%	-63,37%	-0,32%
2059	35	18,34%	-64,26%	-0,35%



Importante mencionar que a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos, e não por incidência de alíquota, configura recurso vinculado ao RPPS, não representando peso a ser computado entre as despesas com pessoal na contabilização do ente federativo.

Diante desse cenário, manifestamos nosso entendimento quanto à adequação do plano de custeio em vigor, considerando a busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, bem como os recursos técnicos atuariais disponíveis. Reiteramos, contudo, a complexidade gerada pela manipulação de incertezas inerentes aos dados, premissas, estimativas e projeções, cujos impactos são imprevisíveis. Esses fatores influenciam diretamente as decisões a serem tomadas pelos poderes municipais, que enfrentam variáveis dinâmicas relacionadas à arrecadação, gestão de pessoal, dissídios coletivos e outras componentes que vão além do alcance de um estudo atuarial, posicionado em uma data fixa e limitada no contexto da intrincada administração pública.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Escritório Técnico Atuarial
Richard Mendes Dutzmann
Sócio - Diretor